

CONFERÊNCIA

A HISTORIOGRAFIA PORTUGUÊSA

“Orientações — Problemas — Perspectivas” (*).

Longa é a tradição dos estudos históricos em Portugal, e em quase todos os aspectos e em quase todos os momentos, os nomes portugueses podem sofrer, sem delustre, o confronto com os historiadores estrangeiros. Lembremos Fernão Lopes, cuja comparação com Froissart é em favor do cronista português. Saltemos séculos e anotemos os nomes de Alexandre Herculano e Oliveira Martins; depois de Oliveira Martins, Gama Barros e recentemente Jaime Cortesão. Esta trajetória ilumina a investigação do passado português. Mas, apesar desta tradição rica, é incontestável que as pesquisas históricas atravessam uma crise. Para compreendê-la, busquemos um exemplo no passado, o que terá a vantagem de pôr de lado tôdas as paixões.

Ainda ecoava na memória dos homens o bater das cutiladas pela independência nacional, e já as caravelas se dirigiam às ilhas êrmas e à África negra em busca de ouro, quando um homem de formação popular quis pôr em crônica as convulsões da pátria. Esse homem foi Fernão Lopes, o cronista do reinado de D. João I e D. Duarte e da regência do infante D. Pedro. Quando lemos suas crônicas, ante nossos olhos perpassam os movimentos da multidão de alfaiates, pedreiros, carpinteiros, pastores, jornaleiros combatendo a rainha aleivosa, derrubando o pendão do rei estrangeiro, cercando os castelos. Não são só as multidões; é tantas vêzes o retrato, com a precisão de um quadro de Van Eyck ou qualquer dos primitivos flamengos, como o do pobre rei tão sensato na sua administração e tão desventurado nos amores e política exterior; retratos de Álvaro Pais, do alfaiate Fernão Vasques, do Mestre de Aviz que será o rei de boa memória. Assim, a obra de Fernão Lopes contém ao mesmo tempo o sentido das forças coletivas que fazem a história e, por outro lado, a finura de interpretação psicológica, que não despreza o aspecto individual. Fernão Lopes não é um adulator. A figura do rei não surge fora do humano; o cro-

(*) — Conferência pronunciada na Sociedade de Estudos Históricos (São Paulo), em agosto de 1954 e agora desenvolvida (*Nota da Redação*).

nista mostra-nos todos os seus defeitos e tôda a sua realidade. Não é um adulator; é um cidadão; é um homem que exprime a consciência nacional num momento de crise e de transformação.

Depois, as lanças portugêsas passam às plagas africanas. Ver as águas tintas do sangue dos infiéis, tornara-se o maior prazer da vida do infante D. Henrique, e a êste novo imperialismo, imperialismo da cruz, imperialismo do ouro, corresponde outro cronista: Zurara.

Zurara, se é de origem popular, é daqueles que sobem aparados às proteções dos nobres. E' o cortesão. À história, manifestação de um sentimento profundo da consciência nacional, opõe-se o panegírico dos poderosos do dia. Assim, neste paralelo, há, de um lado, Fernão Lopes, do outro, Zurara.

Oposição de duas tradições, que explicam quanta incerteza, quanta perplexidade há na historiografia portugêsa de hoje. A um lado, o historiador consciente da dignidade e da independência da pesquisa, porque Fernão Lopes andou pelos arquivos a vasculhar os velhos documentos, para apurar a verdade. Ao outro lado, o cronista áulico da côrte, aquêle que não buscou a verdade pela verdade, mas busca servir uma política de expansão e uma reação social e ideológica, a sôlido de uma classe, nesse caso a nobreza. Historiador livre, historiador cortesão, dignidade e autonomia da pesquisa, complacência com os poderosos do dia, drama do século XV, drama talvez da investigação no nosso tempo.

Mas, deixemos de lado esta corrente historiográfica acadêmica oficial e busquemos outras razões das perplexidades que afligem a pesquisa histórica portugêsa, hoje. Para isto, parece-me que o melhor ponto de partida será a análise da obra de Oliveira Martins, que não é apenas o estilista de gênio, mas o grande pensador do último terço do século XIX, em Portugal.

Oliveira Martins viu claramente que a história não se pode conceber fora do amplo quadro das ciências sociais e que só em conexão com a economia, sociologia, geografia etc., a compreensão do passado se torna clara. Mais ainda. Oliveira Martins apercebeu-se de que a história de Portugal não tem sentido a não ser englobada na história da península hispânica. A sua obra monumental começa precisamente pela história da civilização ibérica. Além das relações entre Portugal e a península, Oliveira Martins procurou analisar a evolução do povo portugês no conspecto dos destinos do mundo. A sua história é um esforço de construção inteligente do passado de Portugal, ao serviço das ansiedades e das preocupações do seu tempo, incontestavelmente. Eu duvido do historiador que é inteiramente desapaixonado. Mas, se Oliveira Martins colocou a investigação ao serviço de uma ação prática, o seu grande mérito está em que, para além de uma recôlha de dados, que êle

realizou com cuidado erudito, contrariamente ao que pensa a maioria dos críticos, além dêsse acêrvo de elementos, de materiais de construção, êle procurou dar-nos um edificio. Talvez que outro dos dramas da historiografia portugûesa seja que, mau grado todos os ataques de que a obra de Oliveira Martins tem sido alvo — e não são poucos — ela não foi ainda superada.

A análise de obras como as de Alberto de Sampaio, Basílio Telles, Antônio Sérgio, facilmente mostraria que, quanto ao arcabouço das idéias, se filiam em Oliveira Martins. Simplesmente, depois de Oliveira Martins veio uma notável geração de eruditos, de homens que pesquisaram em todos os arquivos do país, com minúcia, com cuidado, com extremo carinho, homens sem formação universitária, como já não a tinha Oliveira Martins, que fôra empregado de comércio, administrador de uma mina. Alberto de Sampaio, lavrador, na esteira de Oliveira Martins do *Projeto de Lei de Fomento Rural* iniciou a história agrária de Portugal, porque êle conhecia de perto a técnica, pois vivia a vida do campo; na esteira de Oliveira Martins de *Portugal nos Mares*, estudou até o cerne o problema do desenvolvimento marítimo nos séculos que precederam e seguiram a independência. Outros, como Costa Lobo, deram-nos um primeiro panorama da sociedade portugûesa no século XV, e Gama Barros construiu êsse monumento incomparável que é a *História da administração pública em Portugal, dos séculos XII ao XV*, onde todos os aspectos da vida portugûesa medieval são analisados em profundidade. Faltava, porém, a Gama Barros, o estro para passar do acêrvo de materiais a uma linha de interpretação, êsse estro que se encontrava, talvez, em Costa Lobo, mas que o seu desaparecimento prematuro furtou.

Costa Lobo, com agudo sentido dessa geografia humana que de La Blache e Lucien Febvre viriam a erguer, começa por reconstituir a paisagem quatrocentista, a distribuição espacial da gente portugûesa e como atua no meio geográfico. Para além da numismática, viu a história social da moeda, as relações entre a evolução monetária e os conflitos dos grupos em que se dividia a sociedade; e percebeu com clareza que não basta averiguar a riqueza nacional, é imprescindível averiguar também como se reparte — estebecey¹² quais os haveres individuais.

Tôda uma plêiade de eruditos, que o *Arquivo Histórico Português* reúne e simboliza, rebusca fontes que estavam sepultadas, traz à luz elementos e pormenores extremamente preciosos para qualquer futuro edificio. Lembremos os nomes de Ramos Coelho, Sousa Viterbo, Pedro de Azevedo, Vitor Ribeiro, Antônio Baião, Brito Rebêlo, Esteves Pereira, Gabriel Pereira. Mas um representa bem todo êste esforço: o de Braamcamp Freire. A êle se deve a publicação das cartas de quitação do reinado de D. Manuel, que ninguém

continuou para outros reinados; a edição da primeira parte da *Crônica de D. João I* de Fernão Lopes; o primeiro estudo sobre a feitoria de Flandres. Ora, precisamente este estudo não evidenciará as limitações desta geração? Pois o problema da feitoria de Flandres — um dos maiores da nossa história dos séculos XV e XVI — não aparece apenas como tela de fundo de um trabalho sobre *Maria Brandoa, a do Cristal*? Os elementos que pôde carrear para uma história social aparecem em *Os braços do Paço de Sintra*. Assim, o que é mais importante — o que é estrutural — está subordinado ao anedótico, aos fatos de superfície.

Se quisermos um balanço deste fim do século XIX e primeiro quartel do século XX, apontamos *Alguns documentos do Arquivo da Torre do Tombo relativos aos descobrimentos e navegações de portugueses* de Ramos Coelho, *As vilas do Norte de Portugal e As Póvoas marítimas do Norte de Portugal* de Alberto de Sampaio, *História da Sociedade em Portugal no século XV* de Costa Lobo, *História da administração pública em Portugal, do século XII ao XV* de Gama Barros, *Cartas de quitação do reinado de D. Manuel* e *A feitoria de Flandres* de Braamcamp Freire, *Documentos das Chancelarias reais relativos a Marrocos* de Pedro de Azevedo, *A arte de navegar dos Portugueses* de Luciano Pereira da Silva, *Os falsos precursores de Cabral* e *Os primeiros mapas do Brasil* de Duarte Leite, *L'astronomie nautique au Portugal* e as edições de Joaquim Bensaúde, as pesquisas arqueológicas e etnográficas de Leite de Vasconcelos, os *Anais de Argila* e os textos árabes e orientais editados por David Lopes, os ensaios histórico-econômicos de Basílio Teles — e a lista desenrolar-se-ia longa.

Este gigantesco esforço de erudição, embora parcialmente se prolongue, vai esmorecer — a qualidade das edições de textos diminui muita vez — o número dos pesquisadores restringe-se. A historiografia portuguesa, a partir do segundo quartel do século XX, vai se perder, ou nas idéias feitas do passado, ou na análise minuciosa de pormenores muitas vezes sem relevância. Examinemos esses dois aspectos, comparando, por exemplo, as obras de Lúcio de Azevedo e de Queiroz Veloso.

Lúcio de Azevedo também não exerceu funções universitárias. Deve-se-lhe, talvez por isso, a primeira história econômica de Portugal, relativamente desenvolvida e com fundamentos aparentemente novos. Digo aparentemente porque, quando examinamos de perto as *Épocas de Portugal econômico*, notamos que o fundo de idéias, como um refrão obsecante, vem do século XIX e até, talvez, de mais atrás. Deem-se ao trabalho de comparar a obra de Lúcio de Azevedo com a *História de Portugal* de Rebêlo da Silva e verificarão, ao fim de pouco tempo, que o que há de basilar, de decisivo em Lúcio de Azevedo, se encontra já, mais de meio século

antes, na obra do historiador romântico. Essa idéia é a idéia da decadência. Não interessa, aqui, analisar as suas origens. Simplesmente esta idéia de decadência informa a maior parte dos trabalhos de historiografia de Portugal, no século XIX e durante o século XX. Quando se fala no império português, dizemos sempre um império nado-morto. Não se sabe como êste cadáver foi arrasando a sua vida — se assim é permitido dizer — através dos séculos, porque em cada nova fase só um cenário de cartão encobriria a miséria efetiva. Uma super-estrutura frágil estaria a esconder a ausência de alicerces sólidos. Ora, essa idéia de que na história de Portugal os momentos culminantes não são mais do que uma fachada, por trás da qual não se encontra nenhum edifício, essa idéia podemos segui-la nos divulgadores, nos manuais, nos tratadistas, nos autores de monografias. E é ela que nós encontramos a cada passo nas páginas de Lúcio de Azevedo. Na verdade — tomando o significado duma época num número isolado, por exemplo, o montante da dívida pública, em determinado ano do século XVI. E' claro, todavia, que êsse número isolado nada representa, não tem qualquer significado. Ora, êsse processo de raciocínio encontrava-se já em Rebêlo da Silva. Mostram-se dados numéricos sem comparação com a realidade estrangeira ou com a realidade nacional, que verdadeiramente poderiam dar-lhes sentido, e concluir-se pela confirmação da tese pessimista tradicional. Tôda a análise das finanças públicas em Lúcio de Azevedo está errada; mas não é só ela, é também o seu quadro do comércio externo, são quase todos os números que apresenta. Cito apenas um outro exemplo: o do ouro do Brasil. O quadro das exportações de ouro do Brasil para Portugal foi tirado da obra do Visconde de Santarém. O Visconde de Santarém, por seu turno, recolheu êstes elementos do Fundo Documental da Embaixada Francesa em Lisboa. Os conhecimentos de cargas das frotas do Brasil só em parte se encontram, porém, nesse fundo. A outra metade, ou mais do que a metade, encontra-se no Fundo do Consulado Francês de Lisboa, e êste Fundo não foi visto pelo Visconde de Santarém. Resultado: todos os números colhidos acêrca das exportações de ouro do Brasil para a Europa estão completamente errados. Como errados estão os números relativos ao ouro da Mina no século XVI e conseqüentemente as ilações que dêles infere o historiador.

Lúcio de Azevedo, na sua obra, limitou-se quase que exclusivamente ao comércio externo. O que nos diz sôbre agricultura; sôbre as classes sociais; a técnica de produção? Nada, ou quase nada. A análise do comércio externo aparece também falseada por uma idéia cujo futuro foi extraordinário. Essa idéia é a idéia de ciclo: ciclo da pimenta, ciclo do açúcar; ciclo do ouro e dos diamantes. Não quero discutir de momento se se aplica ou não à his-

tória do Brasil. Quero apenas frisar que ela é inteiramente inoperante para a compreensão da história de Portugal. Em nenhum dos períodos da evolução portuguesa encontramos um produto — seja ele pimenta, ouro ou açúcar — a dominar a complexa totalidade da vida econômica. A idéia de ciclo seria indispensável contrapor precisamente a idéia de complexo histórico-geográfico. Dentro de certos limites cronológicos, a organização portuguesa assume uma configuração espacial que se transformará de um complexo para outro complexo. Poderíamos apontar a configuração espacial que vai de 1415 a 1490 e que é a dos arquipélagos atlânticos e do Noroeste africano, e uma configuração que se lhe segue e que se engloba o Oceano Índico.

Complexo histórico-geográfico, com uma configuração espacial dentro de certos limites cronológicos, seria também definido por um conjunto de conexões de formas de produção, organizações sociais, industriais, comerciais e agrícolas. O século XVII, ciclo do açúcar? Não! Como esquecer o papel do sal de Setúbal? Poderemos, por acaso, pôr de lado a relação vital que liga o pôrto do sal a Sevilha e Cádiz, de onde vem a prata, que é o fundamento da circulação monetária portuguesa do século XVII? Assim, o complexo define-se não apenas por um produto, mas por um conjunto conexo de atividades. Mais tarde, no século XVIII, não basta falar no ouro do Brasil. E' preciso sublinhar o papel do vinho da Madeira, do vinho do Pôrto e outras formas mais de atividades no fundo conexas, quer na metrópole, quer no império português.

A obra de Lúcio de Azevedo constitui até hoje a única história econômica de Portugal, e afinal a perspectiva que ela nos oferece temos que lançar pela borda fora, sem qualquer piedade. Lúcio de Azevedo utilizou um conjunto de materiais nem sempre novo à luz de uma interpretação tradicional. Mais ainda. Não soube integrar na sua perspectiva as sólidas contribuições analíticas de Gama Barros, Alberto de Sampaio, Costa Lobo e tantos outros, não aproveitou todos os materiais já carreados nem soube repensá-los integradamente, de modo que nos debuxa tão só um quadro superficial e errado da Idade Média portuguesa até o quinhentismo.

Por outro lado, encontramos na historiografia portuguesa, no segundo quartel do século XX, uma tendência de que o nome de Queiroz Veloso é talvez o mais representativo: investigação arquivística, levantada com cuidado minucioso. E' Queiroz Veloso quem traz, para compreensão do século XVI português, todo o acérco documental de Simancas. Numa sucessão de livros, traça-nos a história política portuguesa desde Da. Catarina até o governo dos 5 governadores e a perda da independência. Mas, a obra de Veloso, extraordinariamente sólida, bem aprofundada em fontes, na sua maioria inéditas, pode dizer-se que realiza o milagre de, abordando

a questão crucial da marcha para a união das duas corôas peninsulares, passar ao lado de todos os problemas importantes, não abrir uma única janela ou um pequeno postigo que seja para uma outra perspectiva que nos dê, da evolução política portuguesa, uma interpretação mais funda. 1580 pode não ser mais do que uma data dinástica, não representar nos destinos da península ibérica nenhuma transformação essencial: cúpula que fecha todo o movimento que vem da grande crise da estrutura do império português, a meio século XVI. Não é a data da anexação de Portugal por Filipe II, é, sim, a data da anexação de Filipe II por Portugal. Mas seja qual for o seu significado político, ela parece extremamente superficial em relação à transformação de estrutura, de mentalidade, de atitudes, que se notava desde cêrca de 1540. Ora, a verdade é que, se as obras de Queiroz Veloso são indispensáveis a quem queira estudar êsse período de 1540 a 1580, no entanto, pode dizer-se que quase tôda a pesquisa está por refazer à luz de um critério novo que não seja apenas o das negociações diplomáticas ou dos casamentos de príncipes e herdeiros, ou festas do paço.

A obra de David Lopes reflete a mesma solidez, a mesma probidade, mas também as mesmas limitações. Erudito extraordinariamente consciencioso, foi o primeiro a debruçar-se com carinho sôbre o Marrocos português e a traçar um conspecto de conjunto da expansão portuguesa no Maghrebe ocidental, bem como da difusão da nossa língua no Oriente e do papel da civilização muçulmana nas origens de Portugal. Editor e tradutor de textos capitais — lembremos, por exemplo, a sua colaboração às *Sources Inédites de l'Histoire du Maroc* —, anotou proficientemente Herculano, esquadrinhou a história do domínio português em Arzila e revelou aspectos desconhecidos das relações do império oriental com as sociedades indígenas. Infelizmente, depois da sua morte a tradição dos estudos muçulmanos está a perder-se em Portugal. Mas também de David Lopes, como no caso de Queiroz Veloso, diríamos que passou à margem dos problemas mais fundos que a expansão portuguesa em Marrocos ou a história interna marroquina, podem suscitar. Sirva-lhe de justificação que mesmo os especialistas dessa história interna e as mais recentes sínteses nos brindam apenas com pormenores de superfície dos acontecimentos meramente políticos, listas de nomes de tribos e de chefes, sem nos desvendar a vida real de Marrocos, o sentido da ação, quer das dinastias, quer das massas humanas, cujo sentido estava em causa. Para citar apenas dois exemplos, quer a David Lopes, quer aos historiadores especialistas de Marrocos que se lhe seguiram, escapou o sentido das guerras entre Portugal e o reino de Fez: guerras do trigo. Essa designação não se encontra em parte alguma. Escapou-lhes também por completo o fundamento da ascensão do poder dos xerifes. Essa ascen-

são assenta no reatar intenso do tráfego das caravanas através do Saara — luta do camêlo contra a caravela pelo ouro do Sudão —, bem como no desenvolvimento açucareiro do Suz, que se torna mercado freqüentado por ingleses, franceses, etc. Graças a essa riqueza formam os xerifes a artilharia com que seus exércitos vão expulsar os portugueses de boa parte do litoral atlântico.

De 1922 a 1937 publicaram-se duas grandes histórias de Portugal. Uma, empreendimento puramente individual, espécie de extenso manual erudito sem quaisquer pretensões interpretativas, sempre útil pelas indicações bibliográficas e de fontes, preocupado em abordar tôdas as facetas da evolução portuguesa desde os acontecimentos políticos aos fastos artísticos e literários, passando pelas instituições, demografia e vida econômica, mas limitando-se a juxtapô-las sem qualquer relação, e, dentro de cada, a uma sêca enumeração; obra completamente deformada, na narrativa política de certas épocas — por exemplo, o período pombalino, o liberalismo —, pelas convicções absolutistas e fanáticas do autor. A outra reuniu, sob a direção de Damião Peres, a colaboração de numerosos especialistas, alguns dêles eminentes, como Jaime Cortesão, David Lopes, Joaquim de Carvalho, Queiroz Veloso, Lúcio de Azevedo, Vergílio Correia, Paulo Merêa e tantos mais. Edifício evidentemente desigual, como não poderia deixar de se esperar da juxtaposição de considerável número de colaboradores, dos quais já alguns souberam elevar-se do descritivo e narrativo ao plano do explicativo e relacionador. Divisões puramente dinásticas, como em Fortunato de Almeida, paradoxalmente, menor riqueza de aspectos do que na obra individual dêste historiador: insuficiência, nomeadamente, no tratamento das instituições políticas e das classes sociais na época moderna. A obra dirigida por Damião Peres enferma, sobretudo, de grave defeito de não conter bibliografias nem sistemáticas citações de fontes, e não serviu, por isso, de instrumento eficaz de trabalho. Constatação dolorosa: nenhuma destas duas grandes histórias serviu de trampolim para qualquer movimento vasto e intenso de investigação; parecem fechar uma época, e não abrir horizontes para renovação da pesquisa. Contrariamente à tão discutida e discutível construção de Oliveira Martins, cujos problemas postos ainda não estão esgotados, nem tôdas as hipóteses exploradas, nem a inspiração superada. E' que a historiografia portuguesa parece ter-se isolado das grandes correntes culturais vindas dos quatro ventos do globo, e naquelas duas sínteses, como também nas monografias, quase nunca se integra a evolução portuguesa na evolução peninsular e mundial, quase nunca se aplica o método comparativo. Onde encontrar as marcas de qualquer influência de Henri Pirenne, Lucien Febvre, Marc Bloch? Da Junta Internacional de História dos Preços nunca houve comissão portuguesa, e em

Portugal não encontraram qualquer eco os trabalhos de Labrousse, Hamilton, Baveridge e tantos outros.

Um ensaísta de insinuante estilo (embora com bruscas quedas), ansioso por uma renovação de mentalidade portuguesa, buscou, por várias vezes, constituir uma problemática da história de Portugal partindo das inquietações e aspirações do homem de hoje. Mas Antônio Sérgio pouco mais fez, afinal, do que repor problemas e hipóteses que Oliveira Martins suscitara e ventilara, e enquistou-se em certas idéias feitas, em certas posições tomadas de uma vez para sempre, que se tornaram como refrões constantemente martelados — fórmula simplista, precisamente o contrário do luminoso objetivo pedagógico. Por outro lado, se temos de partir das questões que se põem na atualidade, e se a elas devemos voltar depois dessa marcha pelo passado, a subordinação constante da pesquisa desse passado ao atual resvala para o anacronismo que conduz por ricochete à incompreensão do nosso tempo, é a ingenuidade de certas soluções políticas e econômicas. A falta de integração da história de Portugal na história peninsular levou Sérgio a conceber erradamente o contraste daquela nação com Castela, no fim do século XIV, como do marujo e do pastor, sem se aperceber sequer do papel da rivalidade entre Sevilha e Lisboa, por exemplo, nem da ação marítima castelhana na Guerra dos Cem Anos. Num balanço da obra de Sérgio podemos contar, do lado positivo, com ensaios tais como os que versam a tomada de Ceuta, a lírica de Camões, a poesia de Quental, com hipóteses fecundas como a de que os portugueses pretendiam em Marrocos constituir um celeiro para a metrópole; mas, negativamente temos de inscrever a incapacidade de autêntica superação de Oliveira Martins, a simples divulgação de suas idéias e problemas acompanhada de violentos ataques contra a sua obra que desgostaram muita gente de a ler.

Quaisquer que sejam, porém, as restrições a pôr à ensaística de Sérgio, ninguém deve deixar de lamentar que, por circunstâncias alheias à sua vontade, não pudesse prosseguir a *História de Portugal* de que só publicou afinal a introdução geográfica.

No primeiro plano da historiografia portuguesa do século XX destaca-se, porém, a figura de Jaime Cortesão. Médico de formação, poeta de temperamento e estilo, tem o agudo sentido de uma problemática universal, sabe visionar o luso império no seu conjunto e desvendar os fios que o prendem ao que se desenrola nos quatro continentes e nos três oceanos, e arrojadamente galga sobre os documentos, que conhece como ninguém para arquitetar hipóteses sedutoras e provocantes como reptos. Sucede-lhe frequentemente não ter razão, e novos trabalhos, de analítico rigor, virem, como o do geógrafo Fernandes Martins, obrigar a rever suas idéias sobre o traçado do litoral português no século XIV, ou, como os

do matemático Duarte Leite, modificar, para nós outros, seus pontos de vista sobre o sigilo no primeiro período dos descobrimentos, sobre o plano henriquino da Índia, o limite meridional das explorações em 1460 ou a sabedoria do Infante e o caráter da sua ação. Sucede-lhe também ceder inconscientemente à exaltação patriótica ou ao arroubo místico, e por isso um que outro de seus trabalhos marcar, do ponto de vista estritamente científico, certo retrocesso em relação a anteriores: como é o caso da *Teoria geral dos Descobrimientos* que, comparada às suas páginas na *História de Portugal* de Damião Peres ou aos *Fatores democráticos na formação de Portugal*, exagera o papel da cruzada religioso-política contra o Islame nos primórdios da expansão, e denota estranha influência de Bensaúde, contrariamente à explicação equilibrada daqueles outros escritos. Não importa. A contribuição erudita de Jaime Cortesão, é, só por si, digna de maior apreço: a belíssima edição da Carta de Pero Vaz de Caminha, os escritos e correspondência de Alexandre de Gusmão e todos os documentos que esclarecem o tratado de Madri, os relatórios secretos jesuíticos cujo clarão ilumina de modo inteiramente novo a capital história das bandeiras paulistas, as pesquisas no Arquivo de Sevilha e na Biblioteca Nacional de Paris, recentemente os novos elementos para as origens de São Paulo, a revelação da importância dos *Libros del Saber* de Afonso-o-Sábio na gênese da astronomia náutica, e quantas outras fontes ou fatos novos que não se limitou a carrear, pois a partir deles suscitou questões insuspeitadas, sugeriu pistas que conduzem, da erudição, à construção histórica. Neste plano da construção é que, todavia, a obra de Cortesão adquire todo o seu relêvo. O historiador é profundamente geógrafo: vê-se quando deslinda a influência da rede romana de estradas ou da divisão romana em comarcas na estruturação do futuro território nacional, ou ao analisar o nascimento de São Paulo relacionando-o com as vias fluviais-terrestres ao serviço da penetração até o Prata; revela-se ainda ao discernir a grande passagem do império atlântico-asiático das especiarias orientais e do ouro africano, ao império angolano-brasileiro do açúcar: caminho para formular o problema da configuração espacial dos complexos histórico-geográficos. Espírito geográfico sempre: a constante preocupação pelos fatos de povoamento, sejam no Portugal peninsular de antes da independência e do período medievo, sejam (neste ponto na esteira de Capistrano) no Brasil colonial, ou no Oriente africano da segunda metade do século XVI e primeiras décadas do XVII. Menor sensibilidade ao jôgo das forças econômicas e à evolução da conjuntura, bem como à apreensão do âmago das estruturas sociais, mas olhos bem abertos para a etnografia e antropologia cultural. Como escolher exemplos de positivas contribuições em tão opulento acervo? Cortesão apercebeu-se bem da

grande crise do domínio português na Malásia durante a década de 1570, e do que esse recuo representou na transformação do império oriental. Intuíu com clarividência, embora sobre alicerces documentais incompletos, o que o açúcar do Brasil representou no reerguer dos portos metropolitanos e de uma burguesia provincial que em parte constituem elementos de um desenvolvimento a culminar em 1640.

Duarte Leite, professor de matemática, trouxe para a pesquisa histórica o rigor incorruptível do raciocínio numérico. Espírito mais crítico do que construtivo, devem-se-lhe, todavia, em relação à história dos descobrimentos, trabalhos decisivos e não superados. Duarte Leite não se contentava com extrair dados das fontes, nem se arriscava a, sobre dados isolados ou aproximação de textos, fantasiar muito para além dos fundamentos, até onde a verificação se torna impraticável. Nunca sacrificou nas aras do chauvinismo. Metodicamente, fazia sempre a crítica das próprias fontes, nunca aceitava qualquer de suas informações sem as peneirar para joeirar o possível do impossível e para as julgar pelo conjunto de todos os conhecimentos; calculava de novo todos os números, aferia da exatidão de tudo o que a carta ou o relato avançavam. Diz o navegador que observou tal eclipse, em tal dia e tal lugar? Impossível, porque, refazendo os cálculos conclui-se que o eclipse não se deu nessa data ou não era visível nesse lugar. Afirma outro que percorreu tantas léguas de costa ou andou tantos graus de latitude? Mas as suas estimas do caminho percorrido alongam-no sempre de tantos por centos, e os seus cálculos de latitude pecam por erros de tal porcentagem, logo é altamente provável que não tenha ultrapassado tal cabo e o rio avistado seja outro, o que se confirma pelo exame das conhecenças da terra que descreve. Assim liquidou definitivamente as pretensões de espanhóis ou Vespúcio terem abordado o Brasil antes de 1500 — por puro espírito científico e não exaltação nacionalista — nesse livro inexcedido *Os falsos precursores de Cabral*, que os paraquedistas da história dos descobrimentos não há maneira de compreenderem — por falta de formação e incapacidade de análise rigorosa. Quando no Novo Mundo, desprezado todo o labor da erudição européia — por exemplo, de um Magnaghi —, se orquestrou toda uma campanha de reabilitação de Américo Vespúcio, para concluir o acerto do nome de América — como se a função da autêntica história fôsse rebaixar ou exaltar, justificar ou condenar batismos —, Duarte Leite publicou na revista *Seara Nova* e no *Boletim da Unesco* irrespondíveis análises que excelente seria fôsem meditadas sem paixão e com humildade. Mas Duarte Leite renovou ainda toda a nossa visão do período henriquino das navegações, graças à perfunctória crítica da *Crônica dos feitos de Guiné* e das *Relações* de Diogo Gomes, bem como mos-

trando que o Cadamosto andava adulterado no texto ramusiano, que interpola em relação às primeiras edições o retrato do Infante sábio meditando os grandes autores da ciência. Aliás, sobre quase tôdas as questões da história dos descobrimentos Duarte Leite deixou páginas sempre a ponderar: quer sobre a sabedoria de D. Henrique ou o plano henriquino da Índia, quer sobre o início do emprego dos instrumentos astronômicos na náutica ou achamento do arquipélago de Cabo Verde, quer sobre os primeiros mapas do Brasil ou as viagens de exploração da costa da Guiné. Quanto seria para desejar que se publicasse a coletânea integral de seus trabalhos dispersos!

Circunstâncias diversas obstaram a que até hoje Veiga Simões nos brindasse com a obra que dêle esperamos. E', sem dúvida, para lamentar que, a fim de responder cabalmente a críticas em geral pouco lúcidas que lhes foram dirigidas, tenha adiado a publicação dos seus dois grandes estudos sobre os dois Infantes D. Pedro e D. Henrique, baseados em rica documentação ainda não utilizada de todos os arquivos da Europa, por julgar indispensável elaborar previamente a história social da Península desde as invasões. A sua colaboração na *História da expansão portuguesa no mundo* teve de ser, devido a imperativos editoriais, atrozmente mutilada; mesmo assim, o seu quadro social e cultural da época henriquina e dos Infantes, e os ensaios sobre *Portugal, o ouro, as descobertas* e, este em francês, sobre a feitoria de Flandres, revelam o estudo extremamente atento às mais recentes correntes de pesquisa e suas mais novas conquistas, e com o sentido dos conjuntos sociais e das conjunturas econômicas. Deve-se-lhe, nomeadamente, a precisa definição da crise da nobreza na primeira metade de Quatrocentos, donde resulta um dos mais poderosos motores do expansionismo. A figura de D. Henrique não surge como que transcendente, como é o caso em Jaime Cortesão, mas bem integrada nas forças sociais-econômicas que modelam a época. A explicação dos descobrimentos, colonização e conquistas ultramarinas pela burguesia, de Sérgio e de Cortesão, contrapõe-se a explicação pela classe nobre, e decerto tem Veiga Simões razão em chamar a atenção para este aspecto até aí ignorado ou mal compreendido. Já não a terá talvez quando, exagerando a função dos nobres, quer tudo explicar por êles, de uma ponta a outra da história de Portugal, e contrasta o caráter mediévico da expansão portuguesa com o caráter moderno das expansões francesa ou inglesa: pois nestas o papel da nobreza e o da burguesia, bem como o do tipo social mixto ou intermediário que é o da época, correspondem provavelmente as que foram naquela. Que em Portugal tenha existido a burguesia medieval e renascentista, não parece poder duvidar-se; pode, sim, pôr-se

em dúvida se existiu uma burguesia moderna: a pergunta, formulou-a lúcidamente Oliveira Martins.

Seria de justiça lembrar as publicações de roteiros e outros textos náuticos por Fontoura da Costa, embora em quilate de erudição fiquem àquém das feitas pelos investigadores do começo do século ou por Jaime e Armando Cortesão ou por David Lopes. A sua *Marinharia dos Descobrimentos* vem alinhar-se com a obra de Luciano Pereira da Silva e com a *Cartografia Portuguesa* de Armando Cortesão, que nos deu também, com a *Suma Oriental de Tomé Pires*, não só um dos mais belos e importantes textos quinhentistas mas também o modelo de uma edição científica e fecunda. Também a obra de Gago Coutinho nos mostraria como toda a história das navegações deve ser encarada em íntima ligação com o condicionalismo físico das viagens, lição que ressalta unanimemente dos estudos dos historiadores portugueses. Sublinhemos apenas a persistência dessa tradição que remonta a Fernão Lopes, dos historiadores não cortesãos adutores mas sim cidadãos, daqueles para quem a história é uma busca ansiosa da verdade, mesmo que se tenha que fazer a amarga experiência da independência mental. Como sempre, são os francos atiradores — tais Jaimes Cortesão, Duarte Leite, Veiga Simões e alguns mais — aquêles cuja projeção universal é mais autêntica.

Mas o facho terá de cair por terra sem que ninguém o arrebate, ou já novas gerações despontam e se afirmam, a empunhá-lo? Gente com ânimo e vocação não parece escassear. Jorge de Macedo deu-nos já o melhor estudo da história econômica portuguesa deste último quartel (*A situação econômica no tempo de Pombal*) e prossegue pesquisas fundamentais sobre o pôrto de Lisboa. Joel Serrão trouxe úteis achegas para a compreensão de 1383 a 1640, e dedica-se a investigar as origens da indústria no século XIX e as transformações de mentalidade. Barradas de Carvalho, depois de belo estudo sobre as idéias políticas de Herculanô, procura desenvolver e aprofundar os métodos de Lucien Febvre para o quatrocentismo e quinhentismo português. A Mário Soares deve-se inteligente ensaio sobre o pensamento político de Teófilo Braga. Na história da cultura anotemos ainda os nomes de Oscar Lopes, cuja fina análise da poesia realista e parnasiana tanto ilumina a vida intelectual de 1860 a 1890, Antônio Saraiwa, Linollez Sintra, Luís Matos, especialista da literatura em língua latina dos descobrimentos e das atividades culturais dos portugueses em França no século XVI, sem esquecermos outros mais velhos como Salgado Júnior e Rodrigues Lapa; e, mais em especial no campo da arte, Mário Chicó, Artur Gusmão, etc. Virgínia Rau tem-nos dado catálogos de feiras, inventários de arquivos, notícias e publicações de documentos, bem como estudos eruditos, espécie-

de ficheiros, sôbre problemas importantes como o sal de Setúbal. Julião Azevedo desapareceu prematuramente, antes de poder traçar o panorama das relações comerciais entre Portugal e a França no século XVII. Dois nomes conta a nossa geografia de interêsse para a história: Orlando Ribeiro e Fernandes Martins. Jorge Dias pugna praticamente sôzinho pela sociologia em Portugal. Morais e Castro representa entre nós o tipo de economista atento às realidades geográficas e aos antecedentes históricos: a sua *Introdução ao estudo da economia portugúesa — séculos XVIII-XX* deveria ser o ponto de partida de múltiplas pesquisas; inovadora, enferma talvez de aplicar ao Portugal oitocentista conceitos e relações válidos para os países de capitalismo mais evoluído. E o rol conta ainda outros valores.

Apesar dêsses franco-atiradores — e talvez precisamente porque são só franco-atiradores —, a historiografia portugúesa esbarra hoje com dificuldades que apenas enérgico esfôrço e decidida boa vontade permitirão superar. Êsses obstáculos estão ligados à atitude do historiador perante à vida, à falta de ambiente científico (porque na escôlha dos quadros e na marcha da pesquisa intervêm considerações extra-científicas), mas resultam também da organização dos arquivos, da maneira como é concebido o trabalho histórico, da maneira como a história é ensinada.

Na verdade, para passarmos da historiografia tradicional, sólida, erudita, muitas vêzes inteligente, mas sempre um pouco dispersiva, fragmentária, abordando em clarões fulgurantes alguns problemas de estrutura, mas sem uma análise conscienciosa e constante das estruturas, para passarmos da historiografia tradicional à historiografia moderna, que coloca precisamente no cerne das suas preocupações a análise das estruturas e das conjunturas, Portugal está muito mal apetrechado. Está mal apetrechado por razões históricas. Em cidade como Lisboa, o terremoto de 1755 destruiu o arquivo da Casa da Índia, que seria para nós o mais valioso repositório documental para constituir a história do império português, e destruiu também o arquivo da Alfândega e a maior parte do arquivo da Misericórdia. Mas onde não houve terremoto é muitas vêzes como se o tivesse havido. Houve então a falta de amor pelos vestígios do passado, a ausência de compreensão do seu valor. País que se quer tradicionalista, não busca conservar com carinho e em boas condições materiais os testemunhos dos tempos revolutos. Há o desleixo dos homens; é o papel que se vende para queimar em foguetes. Há o conservador ciumento, que considera que o documento é sua propriedade pessoal e não patrimônio comum, e que não percebe que está no arquivo para servir o público e não para alongar a lista de seus trabalhos no seu *curriculum*.

Todo êsse conjunto de circunstâncias levou à situação trágica da inexistência de coleções contínuas e homogêneas, que possam servir de fundamento a uma análise histórica rigorosa. Talvez ao Novo Mundo os arquivos portugueses dêem a ilusão de fabulosa riqueza, mas a quem está na Europa êles dão a certeza de serem pobres. Pobres porque as grandes coleções que seriam indispensáveis para a construção histórica, tal como hoje a entendemos, desapareceram ou só chegaram até nós de forma fragmentária. Para dar alguns exemplos, em Lisboa encontram-se os registros da Moeda a partir de 1517, mas a segunda metade do século XVI está em branco. Quem quer estudar os preços acha no Hospital de São José (no fundo do velho Hospital de Todos os Santos), os livros de receita e despesa a partir de 1564. E, assim, eis-nos na dramática situação de dispor dos dados da história monetária para a primeira metade do século XVI, e dos dados de preços para a segunda metade do mesmo século, sem podermos estabelecer o elo entre os dois. Pela província, a situação é a mesma. No Arquivo Nacional as coleções foram constituídas sem qualquer critério de homogeneidade. As mais importantes: o Corpo Cronológico e as Gavetas, englobam documentos de tôdas as procedências geográficas, desde Antuérpia e Macau, desde Goa à Bahia, desde Angola ao Mediterrâneo, documentos de tôdas as naturezas possíveis — cartas de quitação da Casa da Rainha, representações dirigidas ao Conselho Real, cartas particulares, que sei eu. Ora, como encontrar no meio de todo êsse acêrvo heterogêneo, os documentos que interessam a uma pesquisa sistemática? A situação, sob êste aspecto é quase desesperadora.

Só uma publicação racional das fontes poderia, em parte, suprir as lacunas e, em parte, compensar a heterogeneidade dos fundos documentais. Simplesmente a publicação das fontes, depois do período glorioso do século XIX, que se chamou, talvez por isto, o estúpido século, e também do esplendor da geração erudita do século XX, a publicação de fontes tem-se realizado ao acaso. O veneziano Cadamosto, contemporâneo do Infante D. Henrique, descreveu suas viagens e êsse relato foi publicado várias vêzes no século XVI. No século XIX publicou-se uma tradução portuguesa, tirada de texto italiano de Ramúsio. Esta tradução foi reeditada recentemente, sem qualquer atualização, sem qualquer comentário. Na coletânea dos *Descobrimientos Portugêses* de Silva Marques publicou-se mais uma vez, mas como sempre o velho texto. A Academia de História editou o texto de uma cópia quatrocentista, logo anterior às edições conhecidas; mas praticamente sem introdução nem notas, sem o confrônto com os textos posteriores; e quanto seria elucidativo tal confrônto! Os Cadamostos proliferam. Não

existe, porém, uma edição crítica anotada e estudos sérios sobre o navegador e sobre a sua obra.

A coletânea de Silva Marques é talvez o que de mais valioso tem saído dos prelos nos últimos anos. Ela reúne muitos dos documentos relativos ao comércio externo e descobrimentos portugueses, desde a fundação de Portugal independente, até 1500; mas é incompleta e desordenada, e no fundo não vem fazer mais que reunir em livro, documentos que já eram conhecidos.

A imperiosa necessidade do nosso tempo é, pois, a publicação de corpos sistemáticos, por exemplo, um corpo de documentos relativos à história de moeda em Portugal, outro para a história financeira portuguesa, onde se incluíam tôdas as cartas de quitação, balanços de receitas e despesas, estados do tesouro, etc. O Corpo Cronológico, as Gavetas deveriam ser publicados possivelmente segundo critério geográfico; em muitos dos casos bastariam os sumários. Assim se procedeu na Inglaterra, onde se publicaram os resumos de grandes acervos documentais, por exemplo o *Calendar of state papers*. Continuar-se-ia dêste modo a grande tradição de Sousa Viterbo, Braamcamp Freire, Pedro de Azevedo. Não se explica que a continuação dos *Portugaliae Monumenta Historica*, encetada por Rui de Azevedo, parasse no primeiro volume.

Mas essa publicação sistemática só será possível a partir do momento em que o ensino superior da história cultivar efetivamente a pesquisa. O cruciante drama do ensino em Portugal tem sido o seu divórcio da investigação. Lembremos os grandes nomes da historiografia: Alexandre Herculano, Oliveira Martins; Alberto de Sampáio, Gama Barros, Costa Lobo, Lúcio de Azevedo, Duarte Leite, Jaime e Armando Cortesão, Veiga Simões. Nenhum é um nome universitário. A universidade tem-se preocupado mais com a transmissão de conhecimentos feitos do que com a criação de novos. Eu penso, porém, que não há cultura quando não há criação de cultura. A cultura não pode ser uma massa mais ou menos sistematizada, de resultados assegurados. A cultura é sempre uma marcha em frente. É a conquista tenaz do conhecido para o desconhecido. Não há ensino autenticamente superior sem investigação. Um professor deve procurar ser, dentro de todo o condicionamento, de tôdas as limitações muitas vêzes insuperáveis, um criador de cultura, um investigador que nos dê contribuições realmente novas, que ponha problemas insuspeitados, que rasgue horizontes antes ainda não vislumbrados. O êrro não é de forma alguma o casamento da história com a filosofia, como não era antes com a geografia. Eu diria que tôdas as ligações da história são boas. O que é mal é o seu isolamento. A história — reconstrução da vida passada da humanidade, na integralidade dos seus aspectos — não pode separar-se da economia; não pode separar-se da geografia; não

podê separar-se da sociologia ou das outras ciências humanas. Op-tária, portanto, pela solução prática que permitisse, ao lado de cadeiras obrigatórias, fazer opções, segundo as predileções pessoais. Quem quisesse combinar história com economia podê-lo-ia fazer. O mesmo para quem quisesse combiná-la com a geografia, ou então com as ciências sociais e até com a psicologia. A Faculdade de Economia criada no Pôrto deveria alargar-se em Faculdade de Ciências sociais, abrangendo a sociologia, a geografia, a história. Nela a história econômica, pobremente dotada com 6 meses, deveria elevar-se a uma das cátedras fundamentais, viveiro de estudos do passado material de nosso povo em relação com a evolução econômica mundial. De igual modo deveria conferir-se mais relêvo à mesma cadeira no Instituto de Ciências Econômicas de Lisboa.

Mas o que é fundamental em qualquer dos casos é muito mais o espírito com que o ensino da história é feito do que a organização no papel. Essa organização deve — parece-me — ser flexível. Simplesmente nada se fará sem os homens. Que o corpo docente forme a verdadeira plêiade de pesquisadores audazes, refletidos, livres, que não se limitem a ministrar resultados mas mostrem o caminho do pensamento com todos os seus tropeções, e saibam despertar o entusiasmo pela marcha dura que vai abrindo sempre panoramas mais aliciantes. Que o trabalho do aluno não se reduza a assimilação passiva, antes consista numa busca, e que a licenciatura se transforme em prova de investigação efetiva.

Em Portugal apresenta-se uma dissertação e, além disso, há um conjunto de exames que recapitulam todo o curso. Sou contrário a êste sistema; a meu ver, para terminar o curso de história, como qualquer outro, é indispensável mas também basta pôr o aluno a trabalhar em pesquisa real. Problema que êle próprio escólha ou que lhe seja sugerido, ambicioso ou modesto, não importa. A verdade é que ao fim de 3 ou 4 anos de seguir os cursos de cultura histórica, sociológica, econômica ou geográfica, o aluno deve estar em condições de enfrentar as fontes e construir sôbre elas. Nas Universidades onde não existe esta prova final que é a dissertação, o trabalho revelador da vocação, aptidões e preparação, afigura-se-me imprescindível e urgente instituí-la.

E' claro que para isto me parece importante que o curso não consista apenas numa pincelada de cultura geral, mas que haja uma apreensão refletida do que são efetivamente as grandes obras de historiografia. Um aluno que tenha lido, pensado, compreendido *Les Villes du Moyen Âge* e *Mahomet et Charlemagne* de Henri Pirenne, *La Société féodale* de Marc Bloch, *Le problème de l'incroyance au XVIe siècle* de Lucien Febvre, *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* de Fernand Braudel, *Esquisse du mouvement des prix et revenus en France* de C. E. La-

brouse, *Principes de géographie humaine* de Vidal de La Blache, *Le travail dans la Grèce ancienne* de Gustave Glotz, *Man Makes Himself* de Gordon Childe, *La crise de la pensée européenne* de Paul Hazard, *American Treasure and the Price Revolution in Spain* de E. J. Hamilton, *L'économie allemande sous le nazisme* de Ch. Bettelheim, *The Conditions of Economic Progress* de Colin Clark, *Business Cycles* de Schumpeter. Um aluno que evidentemente tenha apreendido o que há de inovador, o que há de caminho que se rasga pelo desconhecido, este aluno está preparado. Está preparado para trabalhar por si próprio, e deve ser este mesmo — creio eu — o objetivo do ensino da história. Por isso desde cedo poria — essa experiência tem sido feita — em contacto direto com as fontes para realizar pequeninos trabalhos. Por exemplo, a realização de uma lista completa de estudos e de um inventário sistemático dos diplomas, crônicas, diários, etc., relativos à história dos descobrimentos e da colonização portuguesa. Ensinar a trabalhar na organização da própria bibliografia, a encontrar os livros e a saber escolhê-los. Por outro lado, procurar encaminhar os alunos no sentido de efetuarem modesto estudo sobre as fontes, tais como o *Esmeraldo* de Duarte Pacheco ou as *Décadas* de Barros. Assim conhecerão as obras-primas da historiografia e terão contacto íntimo com a seleção de fontes diplomáticas, cartas de quitação, testamentos, inventários, atas de Câmaras ou quaisquer outros, e ainda com as grandes obras do pensamento, sejam, por exemplo a *Chanson de Roland*, o *Cantar de mio Cid*, as crônicas de Fernão Lopes, o *Elogio da Loucura*, os discursos de Maquiavel, os dramas de Corneille, os romances de Balzac e Eça. Não é perdoável não os pôr em presença das reproduções das obras-primas da pintura e da arquitetura, e, se possível, dos próprios originais. Muito, imenso está por fazer quanto aos estudos históricos em Portugal. Carecemos de roteiros de bibliotecas e arquivos, de inventários de coleções, de análises e edições críticas de fontes, de catálogos modernos de moedas, de um tratado de bibliografia portuguesa. Faltam-nos um tratado atualizado de numismática, uma história desenvolvida do Direito. A geografia histórica está quase em branco. Não existe também uma história social, humana da língua portuguesa. Nada quanto à evolução dos preços, demografia histórica, circulação interna, história de propriedade eclesiástica ou da propriedade nobre, regime senhorial no século XVI, classes sociais na época moderna e contemporânea. Quase nada quanto às numerosas feitorias, à rota do Cabo, ao açúcar nas ilhas, às famílias de mercadores e empresas comerciais. Vazio completo o do mercado da mão-de-obra. Os problemas são múltiplos. O que é necessário é que apareçam os investigadores. Na própria tradição da historiografia por-

tuguêsa, quem queira lançar-se à aventura da pesquisa encontrará apóio e inspiração.

Creio porém, que preliminarmente se impõe, é mais útil uma análise crítica, rude e franca, do que esconder as situações reais. Quando os castelhanos levantaram o arraial que cercava Lisboa, o Mestre de Aviz não lhes disse que tudo estava acabado. Pelo contrário, as suas palavras foram que situações mais graves, mais árduas, teriam de ser enfrentadas. Oliveira Martins, ao relatar êste episódio diz: eu gostaria de dizer francamente, lealmente um punhado de verdades. Tenho para mim que é sempre preferível dizer êsse punhado de verdades, e que dizê-lo está na autêntica tradição da historiografia portuguesa. Esta pesquisa que foi feita quanta vez à custa de múltiplos sacrifícios, desde Fernão Lopes, através de Herculano, Oliveira Martins e tantos outros, até o nosso tempo. Não se trata, por conseguinte, de transplantação, para os estudos históricos em Portugal, de correntes estrangeiras, pura e simplesmente. Trata-se de prosseguir numa obra que já vem de trás, mas que tem que estar largamente aberta aos ventos que sopram dos quatro cantos da terra. Há todo um mundo a desbravar na pesquisa histórica relativa à realidade portuguesa. Mas convém entendermo-nos sôbre o que é história. O passado prolonga-se no presente e determina, muitas vêzes, o futuro. Não é isto a história. O homem que quer fugir às realidades de sua vida, que abdica de ser cidadão, vai buscar na poeria dos arquivos a cômoda tranqüilidade, o deleite irresponsável, e não o instrumento ao serviço de uma vida vivida na sua época. Não é isto a história. A história não é o passado a arrastar-se, nem é a evasão do presente. A história, porque é compreensão da marcha dos homens através do tempo, da marcha de todos os homens, com tôdas as suas aspirações, os seus anseios, os seus fracassos, as suas vitórias, a história é a liquidação do passado.

Hoje mais do que nunca o historiador deve ser de espírito desperto para a problemática, de olhos bem abertos para todos os meios de rigorosa análise de que podemos dispor. O historiador precisa viver bem a vida do seu tempo, de não ser um simples fósil, para nos dar a história que corresponda às necessidades do nosso tempo. A história será, assim, um instrumento da melhoria do mundo de hoje, e a melhoria do mundo de hoje engloba, entre outras coisas, a melhoria da realidade portuguesa: parece-me ser esta a mais alta forma do patriotismo.

VITORINO MAGALHÃES GODINHO

do "Centre National de la Recherche Scientifique". Paris.